



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUENE RODRIGUES FREITAS

**A UTILIZAÇÃO DE JOGOS COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

Tocantinópolis – TO

2021

LUENE RODRIGUES FREITAS

**A UTILIZAÇÃO DE JOGOS COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, para obtenção de título de graduação em licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Ferreira Joaquim

Tocantinópolis – TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

F866a FREITAS, Luene Rodrigues .
A UTILIZAÇÃO DE JOGOS COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA
EDUCAÇÃO ESPECIAL. / Luene Rodrigues FREITAS. – Tocantinópolis,
TO, 2021.

39 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2021.

Orientador: Felipe Ferreira Joaquim

1. Jogos. 2. Lúdicos. 3. Educação especial. 4. Metodologia. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte.
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUENE RODRIGUES FREITAS

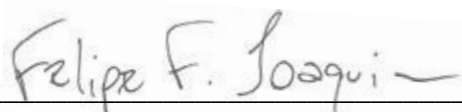
A UTILIZAÇÃO DE JOGOS COMO METODOLOGIA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins – Campus de Tocantinópolis, para obtenção de título de graduação em licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Ferreira Joaquim

Data da aprovação: 13/04/2021

Banca Examinadora:



Prof.º Orientador: Dr. Felipe Ferreira Joaquim - (UFT)



Prof.º – Examinado(a) Drº Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo- (UFT)

Tocantinópolis – TO

2021

Dedico este trabalho em primeiro lugar a Deus, também em lugar especial, dedico a toda minha família, em especial aos meus pais que não mediram esforços para tornar essa minha caminhada mais agradável.

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento é a Deus por sempre me dar forças para enfrentar minha incompatibilidade e também por nunca deixar desistir dos meus sonhos e objetivos. Quero agradecer carinhosamente aos meus pais Ângela Maria Rodrigues Varão Freitas, Pedro da Rocha Freitas filho, e meu irmão Leandro Rodrigues Freitas, pelos incentivos diários e por acreditarem sempre em meu potencial.

Com muito reconhecimento, agradeço meu orientador o professor Dr. Felipe Ferreira Joaquim pela paciência nas orientações, e enormes contribuições na feitura desta pesquisa. Estendo esse agradecimento a todos os professores do Curso de Pedagogia, que durante essa trajetória contribuíram de uma forma ou de outra para que eu chegasse a esse momento.

Em tempo, agradeço pelas amizades que foram construídas ou se solidificaram nessa etapa da minha vida, e em especial aos queridos amigos: Doralice Pereira Anjos, Elaine Silva Aguiar, Erika Cristina Pereira Guimarães, Erisvanda da Silva Lima, Maureny Martins da Silva, Maiane Fernandes da Silva Patti, Maria Ângela Matto.

De forma especial agradeço também ao meu namorado pelo incentivo diário Júlio César de Jesus Lima.

Não esquecendo, agradeço também à Universidade Federal do Tocantins por ter me dado uma oportunidade de cruzar caminhos e aprendizados importantes para minha formação.

Por fim, agradeço as pessoas que sempre torceram pelo meu sucesso e pelas palavras de incentivos durante toda minha trilha de formação enquanto pedagoga.

Obrigada!

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a aplicação de jogos para estudantes público-alvo da Educação Especial, a partir de um estudo de caso, na escola Paroquial Cristo Rei, na cidade de Tocantinópolis- TO. O fato observado é que nessa escola existe um numero significativo de alunos matriculados com deficiência intelectual assim, analiso esse fato a partir de um caso específico de um aluno que estuda na turma do nono ano. Utilizo a metodologia da pesquisa qualitativa e o método do estudo de caso com a técnica da observação participante. Através da observação participante, percebi que o aluno com deficiência intelectual pratica vários jogos lúdicos como ping pong, futsal, xadrez, jogo da memória e dama, delineando seu processo de interação com os colegas e impulsionando seu processo cognitivo.

Palavras-chave: Jogos lúdicos. educação especial. metodologia.

ABSTRACT

The present research has as general objective to analyze the application of games for students targeting Special Education, starting from a case study, at the Cristo Rei Parish School, in the city of Tocantinópolis-To. The observed fact is that in this school there is a significant number of students enrolled with intellectual disabilities so I analyze this fact from a specific case of a student studying in the ninth grade class. I use the qualitative research methodology and the case study method with the participant observation technique. Through participant observation, I realized that the student with intellectual disabilities plays various recreational games such as ping pong, futsal, chess, memory game and checkers, outlining their interaction process with colleagues and boosting their cognitive process.

Keywords: Playful games. special education. methodology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1 - Jogo de matemática nas aulas da sala de Recurso	27
Fotografia 2 - Jogos que o aluno Caíque gosta de jogar na sala de Recurso.....	29
Fotografia 3 - Sala de recurso.....	30

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL	11
3. A LUDICIDADE NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	18
4. PESQUISA DE CAMPO NA ESCOLA PAROQUIAL CRISTOREI	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS	34
ANEXOS	36

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem se discutido a educação especial em seus diversos enfoques, como os direitos, implementação e inclusão, sendo um tema de relevância social e acadêmica, pois a universidade é um espaço onde se discute a educação em suas diversas interfaces.

Nesse sentido, situo uma pesquisa versando a deficiência intelectual a partir de um estudo de caso realizado no ensino fundamental da Escola Paroquial Cristo Rei, através dos jogos lúdicos na Educação Especial. A inquietude desta pesquisa iniciou durante as aulas da disciplina Educação Especial, na qual realizei um campo de pesquisa na sala de recurso da Escola Estadual Cristo Rei no ano de 2019, após a finalização da disciplina, surgiu o interesse em realizar um estudo de caso a partir de um aluno que possui deficiência intelectual. “A deficiência intelectual, de todas as deficiências, é a mais frequente e a mais grave de todas, por afetar o indivíduo no que ele tem mais precioso: a sua inteligência” (OLIVEIRA & REIA, 2017 p.12). Percebi que a unidade escolar tem um número significativo de alunos com deficiência intelectual e outras deficiências, partindo dessa premissa, analisei a utilização dos jogos lúdicos como metodologia na educação especial.

Realizo a pesquisa qualitativa com o método do estudo de caso, e a técnica da observação participante. Severino(2007) destaca o que é estudo de caso:

Pesquisa que se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogo, por ele significativamente representativo. A coleta dos dados e sua análise se dão da mesma forma que nas pesquisas de campo em geral. (SEVERINO, 2007, p.121).

A observação participante ocorreu entre os meses de Fevereiro e Março de 2020. Neste período acompanhei as atividades, jogos e interação do aluno pesquisado. Utilizo o nome fictício de Caíque para resguardar a identidade do aluno.

O trabalho está dividido em três seções, no primeiro capítulo apresento a contextualização da educação especial versando a historicidade através das mudanças sociais que ocorreram ao longo do tempo, no segundo capítulo discorro sobre a ludicidade no processo da educação inclusiva detalhando os jogos lúdicos, no terceiro capítulo exponho a pesquisa de campo realizada com o aluno Caíque através dos jogos lúdicos, descrevendo dois momentos da observação participante realizada no ambiente escolar.

2. CONTEXTO HISTÓRICO SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A criança desde muito cedo passa por muitas modificações na formação de sua identidade, interage com a família e a sociedade que está inserida. Quando a criança começa a se inserir no contexto escolar ela passa a ser educada e orientada por um professor, o qual atenderá suas necessidades e interesses, estimulando o desenvolvimento da criatividade para a construção de sua autonomia e personalidade. A partir do momento que a criança inicia sua vida escolar, o professor e a instituição que ela está inserida também vão fazer parte de sua vida e de seu cotidiano. Partindo da concepção que a escola é caracterizada pela pluralidade de alunos, atendo-me a educação infantil para investigar essa discussão historicamente.

A Educação Especial é uma área do conhecimento que tem crescido em relevância nos últimos anos. Isso decorre do fato de que as pessoas com deficiência passaram a ser vistas com menos preconceitos, haja vista que antigamente não havia preocupação em ofertar uma educação de acordo com as necessidades físicas e mentais dessas crianças. Este capítulo tem como premissa trazer uma discussão sobre o contexto histórico da Educação Especial, bem como enfatizar sobre os desafios enfrentados desde a implantação até os dias atuais.

Na Antiguidade as pessoas com deficiência eram consideradas monstros e por isso eram abandonadas. As crianças com deficiências físicas, sensoriais e mentais eram consideradas subumanas, o que legitimava sua eliminação e abandono, como menciona Aranha (2005, p.7) ao citar que essa prática não representava problemas de natureza moral ou ética: “Nesse contexto, a pessoa diferente, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada por meio do abandono, o que não representava um problema de natureza ética ou moral”. Essa prática era vista como animação para as pessoas que assistiam “[...] alguns continuavam a ser “aproveitados” como fonte de diversão, como bobos da corte, como material de exposição, etc”. (ARANHA, 2005, p. 9).

Aranha (2005) destaca que na Europa do século XII, as crianças com deficiências eram tratadas a partir da concepção da religiosidade cristã, com visões morais, segundo as quais essas pessoas eram vulneráveis, sem cuidados e proteções necessárias. Um exemplo da influência dos ideais cristãos é a figura de Nicolau, Bispo de Myra, que no Século IV acolhia crianças e pessoas com deficiência abandonadas.

No século XIII, segundo Aranha (2005) também surgiram às instituições para abrigar deficientes mentais. A primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental foi da prerrogativa regis”, baixado por Eduardo II, da Inglaterra. Nesse contexto opositores da igreja católica começaram a se manifestar contra

o discurso religioso e as ações do clero, assim a Igreja Católica como forma de se proteger das manifestações, iniciou um período tenso.

Essa situação colocava em risco as pessoas com deficiência, principalmente as com deficiência mental. Nesse sentido as pessoas com deficiência não eram as únicas perseguidas, mas toda a população que discordava da igreja católica.

Seguindo as tendências do Renascimento, surge Martinho Lutero, o precursor da reforma protestante e responsável pelo rompimento com a doutrina católica. Lutero possuía as mesmas visões da igreja católica em relação à pessoa com deficiência, considerando-a como diabólica, defendendo a punição e o castigo para que assim pudesse ser purificada.

O século XVI marca a revolução burguesa, período histórico que destruiu a hegemonia religiosa, nesse contexto a concepção de pessoas deficientes era a partir da natureza orgânica, como aponta Aranha (2005):

[...] produto de causas naturais. Assim concebida, passou também a ser tratada por meio da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da então iniciante medicina, processo importante do século XVI. (ARANHA, 2005, p.12).

No século XVII o inglês John Locke, um grande pensador daquele período, afirmava que as pessoas deficientes eram resultado da carência, para isso ser revertido seria através do ensino, ou seja, através da educação na inserção desses sujeitos.

A medicina avançou no século XVII, onde a deficiência passou a ser compreendida como processo natural. A técnica da organicidade favoreceu o surgimento dos tratamentos, mas as ações de ensino surgiram só a partir do século XVIII. Sobre os locais que abrigavam as pessoas com deficiência, Aranha (2005) ressalta sobre a forma que essas pessoas eram tratadas:

Conventos e asilos, seguidos pelos hospitais psiquiátricos, constituíram-se em locais de confinamento, em vez de locais para tratamento das pessoas com deficiência. Na realidade, tais instituições eram, e muitas vezes ainda o são, pouco mais do que prisões. (ARANHA, 2005, p.14).

Apesar dos avanços no tratamento das pessoas com deficiência, em várias situações elas ainda eram submetidas a posições de aprisionamento e maus tratos. É importante salientar que o avanço da medicina sistematizou novos conhecimentos em outras áreas, “acumulando informações acerca da deficiência, de sua etiologia, seu funcionamento e seu tratamento”. (ARANHA, 2005, p.14).

Segundo Rodrigues (2008) outro pensador do século XVIII foi Foderé, que escreveu o “Tratado do bócio e do cretinismo”. Nesse trabalho, o autor levanta a ideia da hereditariedade

da deficiência, o fatalismo genético do cretinismo. Segundo ele, o cretinismo implica, sobretudo, na degradação intelectual que será maior ou menor, conforme o acometimento da doença. Diferentes graus de retardo foram, então, associados a diferentes níveis de hereditariedade, justificando a segregação e a esterilização dos adultos afetados pelo bócio.

Rodrigues (2008) destaca ainda que, no século XIX, os trabalhos do pensador Itard que apresentou o primeiro programa sistemático de Educação Especial (1800). Criou uma metodologia que usou com garoto conhecido como “selvagem de Aveyron”. Segundo o texto Itard encontrou essa criança em uma floresta e o levou para sua residência com a intenção de estudá-la, pois o mesmo aparentemente não falava e nem ouvia, porém não obteve bons resultados, pois depois de três anos a criança apenas falava a letra “o” e reconhecia apenas uma garrafa. No entanto, por meio desse estudo Itard pôde fazer descobertas importantes, sendo o fundador da Psicologia Moderna da Educação Especial, porém ao final Victor não era mais um menino selvagem, mas também não conseguiu se integrar aos parâmetros exigidos na época. É importante mencionar que os trabalhos de Itard foram relevantes para os avanços educacionais da Educação Especial:

Os trabalhos realizados por Jean Itard e posteriormente por seu discípulo Séguin acarretaram uma série de contribuições para a pedagogia. Edouard Séguin considerava Itard como seu mestre, porém não acreditava na metodologia e teoria de Pinel para com os deficientes físicos, ele reconheceu a importância de treino sensorio motor para o desenvolvimento dos deficientes mentais. (MARTA, 2016, p.29).

Ou seja, as pesquisas de Itard e de seu discípulo Séguin trouxeram contribuições para a pedagogia, nesse sentido a educação especial passou a ter novos olhares e concepções que consequentemente representou avanços nos estudos das diferentes deficiências.

No contexto da educação especial no Brasil, destaco o século XX, no qual ocorreram vários movimentos para a institucionalização da lei que assegura a educação especial, como aponta Rogalski (2010):

Em 1954, surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais. A APAE é concebida tendo como parâmetro a organização da National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América, que consistia em uma associação de assistência às crianças excepcionais. (ROGALSKI, 2005, p.4).

O movimento contribuiu para ampliar as escolas especiais, apesar das poucas assistências por parte do estado e da sociedade. No Brasil, já havia várias entidades filantrópicas que recebiam as pessoas com deficiências, mas o governo não assumia a educação nesses locais, como o Instituto Padre Chico (para cegos) em São Paulo. A Segunda Guerra Mundial representou um contexto na aproximação da Europa com a área da saúde no

tratamento das pessoas lesionadas, no Brasil as pessoas deficientes eram tratadas nessa área, mas houve avanços na criação de clínicas e serviços de reabilitação psicopedagógicos. É importante mencionar que na década de 1960 ocorreu no Brasil uma crise nos avanços da Educação Especial, com implantação da tendência da pedagógica tecnicista, a qual era permeada pelo viés militar:

A educação nessa época passou a ser enfatizada como derivada do projeto de desenvolvimento econômico e após isso, no período de 1968/71, a educação, a escola e o ensino foram concebidos como investimentos. A nova ideologia da eficácia da produtividade refletiu nas preocupações didáticas da época, reproduzindo o ensino da disciplina à dimensão técnica, afirmando a neutralidade científica dos métodos. (ROGALSKI, 2005, p.5).

Essa concepção de pedagogia dificultava a permanência das pessoas com deficiências no ensino escolar. Apesar de alguns impasses, a expressão “educação especial” foi firmada no governo de Médici (1969-1974). Além de ser uma pauta que cresceu na comunidade acadêmica, com a criação do Programa de Mestrado em Educação Especial na Universidade de São Carlos (UFSCAR), como destaca Rogalski (2005). Na década de 1980 ocorreram intensas lutas pelos direitos das pessoas com deficiência, onde houve uma maior atenção aos direitos desse público. É importante salientar que vários contextos históricos abriram novos olhares em relação ao tratamento da pessoa deficiente:

O movimento cresceu, ganhou muitos adeptos em progressão geométrica como resultados de vários fatores, entre eles, o desdobramento de um fenômeno que caracterizou-se a fase pós-Segunda Guerra Mundial. Feridos da guerra se tornaram deficientes. Uma vez reabilitados, voltariam a produzir. Ao redor deles, foi surgindo uma legião multidisciplinar de defensores de seus direitos. Eram cidadãos que se sentiam, de algum modo, responsáveis pelos soldados que tinham ido representar a pátria no front, há décadas. Apesar de dano e perdas, o saldo foi positivo. O mundo começou a acreditar na capacidade das pessoas com deficiência. (ROGALSKI, 2005, p.6).

Vários movimentos influenciaram a discussão refletindo em conquistas e direitos no campo da educação especial, trazendo novas aceções e desmistificações.

Nessa perspectiva de implantação, a Educação Especial teve como documento relevante a Declaração de Salamanca, descrita como um evento realizado na cidade de Salamanca, na Espanha, no qual compareceram oitenta e oito delegações de governos e vinte e cinco organizações internacionais que reafirmaram o compromisso com a Declaração Mundial de Educação para Todos. Desta reunião resultou o seguinte enunciado:

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,

- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,

- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p.8-9).

Deste documento ficaram estabelecidas como demandas que os governos representados pelas delegações presentes:

Atribuem a mais alta prioridade política e financeira ao aprimoramento de seus sistemas educacionais no sentido de se tornarem aptos a incluírem todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais. • adotem o princípio de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existam fortes razões para agir de outra forma. • desenvolvam projetos de demonstração e encorajem intercâmbios em países que possuam experiências de escolarização inclusiva. • estabeleçam mecanismos participatórios e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais. • encorajem e facilitem a participação de pais, comunidades e organizações de pessoas portadoras de deficiências nos processos de planejamento e tomada de decisão concernentes à provisão de serviços para necessidades educacionais especiais. • invistam maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva. • garantam que, no contexto de uma mudança sistêmica, programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação, incluam a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas. (UNESCO, 1994, p.3-4)

A partir desse documento, podemos perceber que a Educação Especial foi caminhando para se tornar visível no âmbito escolar e também social, pois era necessário mudar o paradigma que tinha a respeito das pessoas com necessidades educativas especiais e a Declaração de Salamanca trouxe princípios, políticas e práticas para serem executadas. Seguindo os avanços para a educação inclusiva, Aranha (2005) destaca três paradigmas no processo de institucionalização:

- a- Paradigma da institucionalização que se caracteriza pela criação e manutenção de instituições totais, locais fechados, onde a sociedade obriga que esses cidadãos sejam mantidos durante toda a vida segregados a parte dela.
- b- Paradigma de serviços, que considera que a pessoa diferente tem o direito à convivência social, mas se submetendo a um processo de mudanças que o levaria a parecer e funcionar o mais semelhante possível com os demais membros da sociedade.
- c- Paradigma de suportes (ou de apoio) que se fundamenta nos benefícios conhecidos provenientes do convívio na pluralidade com ganhos em desenvolvimento pessoal e social. Sócio politicamente esse paradigma se apoia no princípio democrático da igualdade. (ARANHA, 2005, p.3).

Os paradigmas citados representam ações que visam fornecer à população acesso público em diferentes contextos que garantam instituições totais, suportes, serviços e direitos. Ou seja, paradigmas que respeitem e incluam as especificidades. É relevante mencionar que a inclusão social desses paradigmas envolvem vários processos, Aranha (2005) discorre que é um processo bidirecional, no qual vai envolver ações junto com a pessoa com necessidades educacionais e a sociedade. Um exemplo real da interação governo e sociedade para encaminhar soluções viáveis para questão foi a criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES) a partir de 1954, que se encaixa no terceiro paradigma citado.

No contexto da legislação brasileira em relação à Educação Especial é importante destacar as garantias na Constituição Federal de (1988), especificamente as diretrizes e bases da educação 9394/96, ou seja, que é dever do estado e da família a educação, sendo que a educação tem a finalidade de formar o cidadão para a cidadania e qualificação para o trabalho. Apesar do art. 25 destacar que a educação é direito de todos, percebemos que na prática ocorrem várias oscilações, no qual vários grupos sociais não são devidamente contemplados como as pessoas deficiência.

No Art. 206, podem-se destacar princípios eminentemente democráticos, cujo sentido é nortear a educação, tais como: a igualdade de condições não só para o acesso, mas também para a permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a coexistência de instituições públicas e privadas, a existência do ensino público gratuito e a gestão democrática do ensino público. (ROGALSKI, 2005, p.8).

O Artigo 206 evidencia os princípios democráticos que permite a todos à igualdade e condições para o acesso e permanência de todas as pessoas a educação. Apesar dessas garantias, notamos que em diversos contextos os alunos sequer chegam a ter acesso à educação. Por muito tempo o público da Educação Especial não teve acesso, apesar do avanço através das leis e legislação, ocorrem empecilhos para a entrada e permanência nos dias atuais.

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (BRASIL, C.F, 1988).

O Artigo 208 destaca os deveres do Estado na garantia do atendimento especial educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

No tocante à prática das leis e legislações é notório que no Brasil há falhas na regulamentação em vários sentidos tanto no atendimento dos alunos nas unidades escolares como nos serviços, recursos e permanências desses alunos. Outro ponto relevante nessa discussão é o acolhimento da escola com esses alunos com práticas que desconstruam ações discriminatórias:

A escola é entendida como sendo de todos, independente de sua origem social, de um país de origem ou étnica. Os alunos com necessidades especiais de aprendizagem recebem atendimento individualizado, de modo que possam superar suas dificuldades. (ROGALSKI, 2005, p.12).

Neste sentido, conforme apresentado pelo autor, fica evidente que é função da escola proporcionar meios e formas para melhor desenvolver o ensino e aprendizado de toda e qualquer criança. É de fundamental importância recursos para os alunos se sentirem bem no ambiente escolar. Pensando a escola inclusiva, é relevante situar as mudanças que ela precisa adotar, sendo que o desafio é a inclusão de fato desses alunos. Nesse sentido, a escola tem que trabalhar ações de desconstruções de preconceitos, além de proporcionar um ambiente acolhedor, para evitar situações de constrangimento e repulsa a esses alunos.

3. A LUDICIDADE NO PROCESSO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste capítulo analiso a importância da ludicidade no contexto da Educação Especial, fazendo referência aos seguintes teóricos: Macedo(2007), Alexandre Sant’anna (2011), Cintia Lúcia de Lima (2015), Dohme (2009), Lorena Martin Lopes (2012), Déssica Rocha da Silva (2014), Carina Pereira dos Santos (2009), Eliani Campioni (2016) e Jéssica Aguiar Lopes (2017).

A atividade lúdica é relacionada constantemente com a diversão, nesse sentido compreender o significado de tal palavra é fundamental para a continuidade dessa pesquisa, pois, a partir dessa concepção pode-se entender como a mesma pode ser utilizada na inclusão educacional. Partindo dessa ótica observa-se que Dohme (2009, p. 16), entende que “uma situação de ludicidade pode ser expressa pelo verbo divertir, brincar ou então jogar”.

O brincar é definido como:

O brincar é fundamental para o nosso desenvolvimento. É a principal atividade das crianças quando não estão dedicadas às suas necessidades de sobrevivência (repouso, alimentação, etc.) todas as crianças brincam se não estão cansadas, doentes ou impedidas. Brincar é envolvente, interessante e informativo. Envolvente porque coloca a criança em um contexto interação em que suas atividades físicas e fantasiosas, bem como os objetos que servem de projeção ou suporte delas, fazem parte de um mesmo contínuo topológico. (MACEDO, 2007, p. 13).

O autor (op. cit), ainda em referência ao ato de brincar, afirma “o brincar é agradável por si mesmo, pelo que proporciona no momento do desenvolvimento, essa característica é fundamental, pois, possibilita à criança aprender consigo mesma e com os objetos ou pessoas envolvidas nas brincadeiras. (MACEDO, 2007, p.14)

O lúdico no contexto educacional é descrito por Almeida (1974, p. 11) como:

A educação lúdica é uma ação inerente na criança, adolescente, jovem e adulto e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo.

Referindo-se à ação ou ato de educar ludicamente, esse mesmo autor esclarece ainda que:

Educar ludicamente tem uma significação muito profunda e está presente em todos os segmentos da vida. Por exemplo, uma criança que joga bolinha ou brinca de boneca com seus companheiros não está simplesmente brincando e se divertindo; está desenvolvendo e operando inúmeras funções; da mesma forma uma mãe que acaricia e se entretém com a criança, um professor que se relaciona bem com seus alunos, ou mesmo um cientista que prepara prazerosamente sua tese ou teoria educa-se ludicamente. Pois combina e integra mobilizações das relações funcionais ao prazer de interiorizar o conhecimento e a expressão de felicidade que se manifesta na interação com o semelhante. (ALMEIDA, 1974, p. 11).

O entendimento de lúdico na esfera educacional é visto como uma ação que traz diversão através de atividades desenvolvidas, como brincadeiras, cantigas, jogos e leituras. Sant’anna (2011) discorre sobre o lúdico na educação:

A utilização do lúdico na educação tem também, além do objetivo de desenvolver o aprendizado de forma mais atrativa para o aluno, o objetivo do resgate histórico-cultural dessas atividades. É um ótimo momento para o reconhecimento do seu histórico familiar e de sua cultura regional (SANT’ANNA, 2011, p.22).

Tratar sobre ludicidade neste contexto implica em diversos desafios, pois o campo escolar é marcado pela diversidade de alunos, assim o desenvolvimento dessas atividades deve assistir todos os públicos, como os estudantes da Educação Especial. Santos (2009) ressalta sobre o trabalho do educador na educação infantil:

O educador que trabalha na educação infantil pode mediar a aprendizagem do brincar da criança favorecendo no desenvolvimento da criança. É importante que o jogo lúdico, para mediar avanços e proporcionar condições para que a criança aprenda no brincar coletivo, desenvolvendo habilidades. (SANTOS, 2009, p.6).

O professor exerce a função de mediador no incremento de habilidades e atividades coletivas no processo de desenvolvimento da criança, ou seja, a ludicidade é praticada a partir do planejamento e metodologia escolhida pelo professor.

Lopes (2017) destaca que a ludicidade desperta liberdade e espontaneidade, estimulando a capacidade motora, descobertas e aprendizagens dos alunos, ou seja, as atividades lúdicas se tornam essenciais no ensino e desenvolvimento dos alunos. Lopes (2017) dialoga sobre o lúdico na infância:

Ao falar sobre o lúdico, existe algo que está intrínseco a ele, e se torna parte do processo da infância, que é o brincar. Ele faz parte das atividades cotidianas das crianças, sendo desta forma essencial no processo de interação social e desenvolvimento. Este está presente ou deveria estar desde o início da Educação Infantil, fazendo com que a criança se expresse, aprenda e se desenvolva. (LOPES, 2017, p.10).

O brincar é uma atividade que coloca a criança em interação social, colaborando em seu processo de desenvolvimento, além de despertar nela a expressividade através das brincadeiras.

Campioni (2016) destaca que, na perspectiva pedagógica, brincar é uma excelente ferramenta pedagógica:

[...] o brincar é uma excelente ferramenta pedagógica para o aprendizado na formação da personalidade, e funções superiores. Do ponto de vista criativo, o ato de brincar está focado na busca do “eu”, revelando a criatividade, a imaginação e o desenvolvimento do potencial do sujeito. (CAMPIONI, 2016, p.5).

As brincadeiras são atividades lúdicas que estimulam as funções de imaginação e criatividade nas crianças. Esta teórica defende o fato de trabalhar a ludicidade com estudantes com necessidades especiais: “além de proporcionar um ambiente agradável, interessante, prazeroso para o aprendizado, estabelecendo situações de interesse para a aquisição do conhecimento dos próprios alunos” (CAMPIONI, 2016, p.6).

A ludicidade evoca socialização, interação e autoestima nos educandos, assim os professores devem constantemente reinventar essas atividades, além de reinventar a prática de desenvolvimento das metodologias, de acordo com o contexto. Lima (2015) destaca sobre a importância da ludicidade na perspectiva da educação inclusiva:

[...] um elemento que pode contribuir para a inclusão escolar, já que a ludicidade se caracteriza como um momento não imposto, onde a espontaneidade se apresenta, e consequentemente, a expressividade e a criatividade (LIMA, *et al*, 2015, p. 7823).

Ou seja, a ludicidade é um processo caracterizado pela espontaneidade que contribui para a inclusão do aluno no ambiente escolar. A partir desta premissa, percebemos que as atividades lúdicas são instrumentos educativos interacionais que contribuem na construção sócioeducativa do aluno desde a infância até a fase adulta.

Ainda no tocante à educação inclusiva, esta mesma autora menciona a importância do lúdico no processo:

Para a Educação Inclusiva, portanto, trabalhar com a ludicidade é levar em consideração a criança com deficiência como um sujeito participante do processo de aprendizagem, mais que isso, é questionar, refletir e (re)estruturar sobre as práticas pedagógicas atuais e suas funções perante a deficiência. (LIMA, *et al*, 2015, p.7824).

A ludicidade no processo da educação inclusiva implica reestruturações, questionamentos, que revelam as funções perante a deficiência, além de práticas pedagógicas para este contexto. A respeito da ação didático-pedagógica específica para essa situação, Pereira, Silva, Alexandrino, (2015, p. 20468) especificam:

Iniciamos as intervenções, portanto, com a aplicação de jogos pedagógicos para estimular o desenvolvimento dos alunos, permitindo, dessa forma, uma maior aproximação de nossas bolsistas com as crianças a serem atendidas. Essa interação inicial nos surpreendeu bastante e proporcionou uma integração acima do esperado. Percebemos, ao desenvolver do projeto, que a participação de nossas alunas no cotidiano escolar é de extrema importância, não só para a escola (pois tivemos inúmeros relatos de pais, dos próprios alunos atendidos, da direção e supervisão das melhorias que o programa vem proporcionando), como para a formação das mesmas.

Os autores apresentam as informações a partir de uma ação realizada na cidade de Barbacena, no estado de Minas Gerais, através do Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), onde foram realizadas intervenções didático-pedagógicas com alunos que

apresentavam dificuldades auditivas, deficiência visual, desvio de conduta, deficiência intelectual, condutas típicas, transtorno de comportamento e deficiência física. Foram utilizadas as seguintes atividades: jogos educativos e materiais concretos para trabalhar criatividade, expressividade, respeito mútuo e aceitação de regras.

Nas salas de recursos são desenvolvidas atividades lúdicas para o atendimento educacional especializado (AEE) na perspectiva da educação inclusiva. Nesse espaço é trabalhada a cognição, com o intuito de complementar a educação do ensino regular. É importante mencionar que a sala é fruto da legislação, apesar de alguns percalços para cumpri-la devidamente:

A legislação é um importante instrumento para garantir o direito dos portadores de necessidades especiais, e conseqüentemente, acabar com a discriminação na medida em que os educandos especiais forem incluídos na escola de forma natural, sendo respeitados e aceitos pelos demais alunos. Sendo assim, creio que a atividade lúdica pode contribuir, e muito, para que ocorra esse processo. Logo, esse estudo pauta-se na ideia de que a atividade lúdica usada pela professora no intuito de integrar os alunos especiais junto com os “normais” é um bom instrumento que favorecerá a inclusão dos alunos especiais. (SOARES, 2010, p. 9).

Neste sentido, observo que a legislação é uma ferramenta que assegura os direitos das pessoas portadoras de necessidades especiais. Além de corroborar na desconstrução de visões pejorativas a este público. Soares (2010) ressalta que o tema da Educação Especial foi mencionado pela primeira vez na Lei de Diretrizes de e Bases 4.024/61 e 5.692/71, lei que garantia a educação dos portadores de necessidades especiais.

[...] foi assim que passaram a ser chamados nessa época, deveria se enquadrar ao sistema geral de educação. Não devendo ser algo totalmente diferenciado, pois eram os educandos especiais que deveriam se moldar, se adaptar ao sistema de ensino nacional de certa forma, e não a instituição de ensino se preparar para incluir o aluno especial. (SOARES, 2010, p.15).

Silva (2014) traz dados do Estágio Supervisionado III do curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O estágio foi realizado em uma associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Pau dos Ferros/RN, onde 30 alunos estavam matriculados, os quais apresentavam deficiência intelectual, auditiva e hidrocefalia.

[...] pensamos na elaboração de estratégias educacionais que viabilizassem a construção das estruturas cognitivas do sujeito, priorizando o uso de materiais concretos e, principalmente, o uso de estratégias metodológicas lúdicas, como os jogos, brincadeiras, música, dança, histórias, teatralização, pinturas e outros recursos a fim de desenvolver o raciocínio lógico, a coordenação, a autonomia, a socialização, comunicação, etc. (SILVA, 2014, p.2).

Esta teórica ressalta que a Educação Especial não se diferencia da educação comum em sua essência, mas nos recursos metodológicos que são utilizados. Assim, o professor adota metodologias com finalidades de integrar esses alunos através das atividades lúdicas que sejam adaptadas e pertinentes. Silva (2014) discorre sobre a ludicidade no trabalho pedagógico:

O lúdico é uma estratégia insubstituível para ser usada como estímulo na construção do conhecimento humano e na progressão das diferentes habilidades operatórias, além disso, é uma importante ferramenta de progresso pessoal e de alcance de objetivos institucionais. As possibilidades de trabalhar a ludicidade são bem maiores do que do lazer, podendo assim relacionar também ao prazer, pois não está preso há um tempo definido. (SILVA, 2014, p.5).

A ludicidade pode ocorrer em qualquer ambiente, o que determinará é a atividade que será desenvolvida. No contexto infantil, os locais mais adequados são aqueles amplos e com poucos objetos facilitando a movimentação da criança. Dentre as atividades lúdicas mais comuns no espaço escolar estão as brincadeiras que despertam na criança imaginação e expressividade, trazendo distração e interação, sendo essencial para o desenvolvimento, físico, emocional e mental. Lopes (2010) menciona a importância do brincar na infância:

Quando a criança não tem a oportunidade de brincar em sua infância, possivelmente em seu futuro se tornará um indivíduo que se privará dos sonhos e das emoções que o ato de brincar na infância tem o poder de desenvolver no ser humano. Todas as pessoas, independentes de sua idade, adultos e crianças, necessitam interiormente de alguns momentos de brincadeiras por ser natural ao desenvolvimento humano. (LOPES, 2010, p.24).

Notamos a relevância no desenvolvimento social da criança, no tocante no ato de brincar na infância. O brinquedo é outro instrumento das atividades lúdicas, sendo um objeto bastante comum em atividades, pois proporciona imaginação e curiosidade, além de trazer várias possibilidades de uso, cabe ao professor qualificar a melhor utilização deste nas atividades lúdicas.

O brinquedo também permite que a criança venha a conhecer mais claramente as funções mentais como o desenvolvimento do raciocínio, através da criação, pois as crianças podem e criam com um único brinquedo diversas situações de brincadeira. Importante também considerar é que através do brincar e das infindas situações que os brinquedos proporcionam, existe aí um excelente desenvolvimento da linguagem através do diálogo. (LOPES, 2010, p.27).

O brinquedo é de suma importância para o processo de desenvolvimento da criança, sendo essencial na linguagem pelos diálogos estabelecidos durante as atividades lúdicas.

O jogo é outra atividade lúdica comum nos ambientes escolares, pois traz vários pontos relevantes para o processo cognitivo do aluno. Essa atividade evoca processos mentais e motores.

Ao jogar, a criança estará desenvolvendo ao mesmo tempo várias habilidades, físicas e psicomotoras que são de fundamental importância para ela. Através de um jogo o educador poderá despertar e estimular na criança a sua imensa capacidade de observação, atenção, concentração, memória e percepção. Pois, para que consiga realizar um jogo é preciso fazer o uso dessas capacidades que o educando tem e precisa ser despertada para que a mesma possa fazer o uso dessas capacidades no jogo e em outras situações do cotidiano. (LOPES, 2010, p.29).

O jogo é uma ação que pode ser realizada em diversos ambientes, assim o professor escolherá a melhor metodologia para realizar com os alunos, como jogos de dama, xadrez, cartas e outros. Sant`anna (2011) discorre que a herança de jogos e brincadeiras no Brasil é originária da miscigenação entre índios, portugueses e negros:

O que devemos ressaltar é justamente que, o que temos é um material importante trazido como herança dos nossos antepassados e que devem ser preservados, valorizados e utilizados para o ensino dos nossos alunos, sempre estimulando o resgate histórico que merece cada um deles. (SANT`ANNA, 2011, p.23).

O histórico dos jogos e brincadeiras é marcada por essa miscigenação, sendo uma herança cultural perpetuada até os dias de hoje. Soares (2010) destaca que as brincadeiras e jogos são importantes para as crianças, independente de sua limitação “[...] qualquer tipo de atividade lúdica seja ela brincadeiras, jogos, brinquedos cantados, favorecem o processo de inclusão” [...] (SOARES, 2010, p.18).

As atividades lúdicas nos convidam a repensar sobre as diversas metodologias a serem trabalhadas com o público da Educação Especial. Nesse sentido, o professor escolherá as metodologias e conteúdos que dialogam com este público:

Portanto, cabe ao professor no ensino inclusivo estar analisando os conteúdos a serem desenvolvidos junto aos seus alunos de necessidades educativas especiais, procurando adaptá-los a uma linguagem mais adequada. (LOPES, 2010, p.33).

A ludicidade está sempre em transformação, pois novas demandas são reinventadas a partir do contexto em que são desenvolvidas. Nesse sentido, o professor precisa de formações continuadas em sua carreira docente, pois a educação está em constante transformação, tanto na didática como em metodologias que implicam o lúdico. Sant`anna (2011) ressalta a importância do conhecimento das estratégias lúdicas pelo professor:

O professor precisa ter acesso a esse conhecimento sobre a utilização do lúdico para o ensino de seus alunos. Este conhecimento deve ser despertado desde sua formação inicial, dando-lhe condição de utilização dessa ferramenta. Para que o professor atinja um estágio de maturidade para identificar bloqueios de aprendizagem e quais recursos utilizar para a diminuição desses, deve estar preparado para tal. Um dos espaços em que o professor possa conseguir avanços em seus conhecimentos para a intervenção necessária é o espaço formativo para o exercício de sua função. (SANT`ANNA, 2011, p.33).

O professor tem um papel fundamental na utilização do lúdico em sala de aula, sendo importante o aperfeiçoamento das metodologias durante sua carreira docente desde a formação inicial. Nesse sentido o professor precisa estar aberto a novas discussões e desafios para trabalhar a ludicidade no contexto escolar com diferentes públicos.

No contexto dos espaços lúdicos, no próximo capítulo trago dados da observação participante no colégio Estadual Cristo Reis.

4. PESQUISA DE CAMPO NA ESCOLA PAROQUIAL CRISTO REI

Antes de adentrarmos na discussão teórica do tema faz-se necessário a contextualização histórica e social, bem como da parte estrutural e humana da escola, nesse sentido observa-se que a Escola Paroquial Cristo Rei está localizada na cidade de Tocantinópolis - TO no endereço Avenida Nossa Senhora de Fátima, nº 1262. Oferece I e II Fase do Ensino Fundamental de 9 anos (Anos finais da I Fase do Ensino fundamental e Ano Inicial da II Fase do Ensino Fundamental). Compreende o ensino regular, a sala de recursos e o programa Mais Educação. A escola foi fundada em 9 de Novembro de 1961, é uma instituição mantida pela Igreja Católica, conveniada com a secretaria de Educação e Cultura do Estado do Tocantins (SEDUC- TO).

A unidade escolar passou por várias mudanças desde a sua fundação, tanto na estrutura física como na estrutura de ensino. No ano de 2003 a escola recebeu 1.156 alunos de 1ª a 8ª série do Ensino Fundamental e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Após as mudanças da SEDUC, a escola passou a oferecer Ensino Fundamental de 1º ao 5º ano, funcionando apenas nos turnos matutino e vespertino das 7h15min às 11h 30min, e das 13h às 17h 15min respectivamente. Em 2016 foram ofertadas as modalidades de ensino 4º ano 6º ano do Ensino Fundamental, ampliando assim as turmas.

Na estrutura física, a escola caracteriza-se por possuir 21 áreas de circulação, 04 depósitos de merenda, 01 laboratório de informática, 01 cozinha, 05 depósitos de materiais de limpeza, um depósito de materiais de uso contínuo, 14 salas de aula, 05 salas administrativas, 01 oficina, 02 salas de recursos, 01 quadra de esportes coberta, 01 teleposto. No Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2016 é ressaltado que o aspecto físico da escola ainda é precário, pois as salas de aula não são climatizadas, necessita-se de materiais pedagógicos e de outros elementos que possam contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

A escola recebe alunos das comunidades carentes e da zona rural, portanto há grande necessidade de um investimento maior para que a instituição esteja preparada para atender esses alunos. Para que o déficit de aprendizagem seja eliminado é necessário investimento para o desenvolvimento do educando. Outro fato destacado no PPP (2016) é a falta de acompanhamento dos pais aos alunos, assim a escola propõe ações que visam aproximar família e escola. A ausência das famílias dificulta o desenvolvimento que a escola tem a oferecer para o aluno, mas a escola busca quebrar essa barreira através de palestras e reuniões que os orientam na participação da vida escolar de seus filhos.

A escola conta com o apoio da igreja, comunidade local, órgãos públicos; parcerias financeiras: instituição de Educação a Distância – UNIP, profissionais autônomos. O corpo profissional da unidade escolar organiza-se pela seguinte ordem:

23 professores, 9 são auxiliares, 12 docentes das salas regulares, 02 professores do Ensino Especial, 02 auxiliares de secretaria, 8 auxiliares de serviços gerais, 3 merendeiras, 3 vigias, 1 coordenador pedagógico, 1 orientador educacional, 2 coordenadores de programas e projetos, 1 auxiliar apoio a rotina escolar, 1 secretária geral, 1 coordenadora de apoio financeiro, e 1 diretora pedagógica – totalizando 48 funcionários. (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2016, p.6).

É importante destacar que a Escola Paroquial Cristo Rei em 1961 recebeu o nome “Grupo Escolar Cristo Rei” porque foi construída ao lado da capela Cristo Rei sob a orientação do bispo Dom Cornélio Chizzini. De acordo com a prescrição do Projeto Político Pedagógico da instituição (PPP. 2016 p. 15) “Recebeu o nome Cristo Rei por estar no centro da comunidade e ao lado da Capela Cristo Rei e tem como objetivo principal de atender a comunidade na qual está inserida com ensino de qualidade”.

A escola passou a ser dirigida pelos religiosos da paróquia, no entanto a escola se desenvolveu rapidamente, com mais investimentos nos aspectos internos e externos, pois a quantidade de alunos aumentava de forma significativa. A filosofia adotada pela escola tem como base a educação católica cristã, que busca instruir os alunos através das virtudes e valores bíblicos, uma prática para toda a vida.

A Escola Paroquial Cristo Rei é para Tocantinópolis um ícone de instituição que contribui com a comunidade, colaborando significativamente na construção de novos homens, através da educação pautada nos valores éticos, morais e religiosos (PPP. 2016 p.18).

Para uma educação transformadora, a escola constrói o PPP através de referência filosófica e sociológica para a progressão das condições de equidade escolar. Portanto, a escola desenvolve os seus eixos de ensino sempre tratando da importância da inclusão social, na igualdade e em processos para uma educação de qualidade para todos.

Com isso, pretende-se contribuir para a construção de uma sociedade baseada no espírito humanístico que valorize a liberdade do ser humano com base nas igualdades de condições. Lembramos, dessa forma, Paulo Freire que afirma que a escola deve formar o cidadão, construir conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico, ético e participativo (PPP, 2016.p 19).

A instituição adota valores contribuintes para o desenvolvimento humano com base na prática da afetividade, cognitiva, física e espiritual, que ajuda na formação de valores culturais, sociais e políticos. Assim, assegurando um ensino qualificado e satisfatório para a comunidade.

Ao iniciar a pesquisa destaca-se que ao adentrar no espaço escolar do Colégio Estadual Cristo Rei, apresentei a proposta e a finalidade da pesquisa para a coordenação escolar, detalhando a relevância social e acadêmica. A observação participante ocorreu no mês de Fevereiro e março de 2020. O Colégio Estadual Cristo Rei possui sala de Recurso com 40 alunos matriculados e 10 professores auxiliares. Acompanhei o processo de ensino e aprendizagem através dos jogos de um aluno específico que possui deficiência intelectual no período de Fevereiro de 2020 a novembro de 2020. O aluno observado se chama Caíque e tem 16 anos de idade, estuda na série do nono ano no período da manhã e a tarde na sala do recurso, ele é oriundo de uma família vulnerável e periférica da cidade de Tocantinópolis, e ao adentrar no contexto escolar aos cinco anos idade foi diagnosticado com deficiência intelectual:

No contexto escolar do Cristo Rei é notável um publico de alunos com deficiência intelectual e outras deficiências. Oliveira & Reia (2017), cita que o conceito de deficiência intelectual ao longo da história foi estigmatizado com várias nomeações como “retardado mental” “retardado”. Segundo Sasaki (2002) o termo correto a ser utilizado é pessoa com “deficiência intelectual”. Nesse sentido utilizo esse termo ao longo da pesquisa.

Na realização da observação participante utilizei o diário de campo para especificar a trajetória da pesquisa, com anotações do comportamento do aluno, a relação com os colegas, professores e jogos lúdicos que o aluno pratica.

Realizo a descrição de duas observações participante que vivenciei com o aluno Caíque através dos jogos lúdicos.

Dia 18/02/2020- observação participante com aluno que possui deficiência intelectual.

No dia 18/02/2020 realizei a primeira observação participante no Colégio Estadual Cristo Rei, o aluno Caíque estuda na turma 92.01- 9 ° ano. Ao chegar à escola presenciei o momento de oração dos alunos em fila no pátio escolar, todas as turmas e funcionários se reúnem para participar desse ritual que é a oração e mensagem reflexiva, logo após os alunos vão para a sala de aula. O aluno observado possui uma professora auxiliar, que o acompanha nas atividades e jogos. Nesse dia o aluno teve aula de Português e Geografia, a professora auxiliar o acompanha em todas as tarefas e atividades.

No intervalo de uma aula para outra o aluno demonstrou ansiedade em chegar ao pátio para jogar bola no recreio, além de apresentar inquietude em prestar atenção nas aulas, em se concentrar e escrever no caderno. Notei que a relação do aluno com alguns colegas é distante,

principalmente na formação de grupos na realização de atividades. Durante o recreio o aluno interage com outras crianças através dos jogos de futsal, pois ele é goleiro nessas atividades.

Durante o retorno do recreio, ele demonstra agonia em terminar a aula para participar da aula na sala de recurso no período da tarde, a professora auxiliar anota todas as atividades para casa na caderneta do aluno além de anotar as dificuldades e desempenho do mesmo.

No período da tarde o aluno participa da aula na sala de recurso, onde é acompanhado pela professora auxiliar, durante as aulas ele pratica alguns jogos lúdicos como o jogo de xadrez, damas, ping pong, jogo da memória e futsal. A professora auxiliar destacou que apesar da deficiência intelectual o aluno demonstra uma ótima habilidade no jogo de xadrez, sendo que alguns alunos da sua faixa etária não demonstram o mesmo desempenho. Na sala de recurso ele interage com outros alunos através de conversas e jogos, após terminar as atividades os alunos são liberados para participar de jogos no pátio escolar, o aluno com deficiência intelectual pratica o jogo de futsal, demonstrando entusiasmo por ser goleiro e jogar ping pong com seus colegas. Em conversa com a professora auxiliar ela narrou:

Há dois anos acompanho esse aluno, temos uma relação boa, pois, além de professora sou tia dele, nesses anos notei que ele se desenvolveu bem, ele tá mais participativo nas aulas e nas atividades, além de gostar de jogar os jogos lúdicos como xadrez e futsal, ele faz questão de participar das aulas e das atividades. Ele não participou do JETS devido à falta de idade (Professora auxiliar, Fevereiro de 2020).

Após terminar a aula na sala de recurso ele vai para a sua casa, no qual se despede dos colegas e professores demonstrando entusiasmo em ter aula no dia seguinte. Observei que a sala de recurso é um ambiente agradável com climatização, variedades de jogos e um espaço amplo, o qual colabora para o desenvolvimento dos jogos lúdicos. Durante a observação participante presenciei os momentos dos jogos lúdicos do aluno, que foi o jogo de matemática e jogo de xadrez, jogo da memória e dama na sala de recurso, o futsal é realizado na quadra escolar e o ping pong no pátio escolar.

Fotografia 01: jogo de matemática nas aulas da sala de Recurso.



Fonte: RODRIGUES, Fev./2020.

O jogo de matemática é uma das atividades realizadas na sala de recurso, onde são formadas duplas com os alunos matriculadas, ou seja, um público com faixas etárias diferente.

Dia 03/03/2020- observação participante com aluno que possui deficiência intelectual.

No dia 03/02/2020, a observação iniciou no período da manhã com aula de Educação Física e História, o aluno observado participou do ritual de oração na fila escolar e logo após foi para a sala de aula, a professora auxiliar o orientou mostrando as atividades que faria em sala de aula, e auxiliando na correção das atividades que fez em casa. Notei que o aluno estava desinquieto para participar da aula de Educação Física que ocorreu após o recreio. Durante a aula de História a professora auxiliar explicou para o aluno o conteúdo que o professor estava explanando em sala de aula. Outro fator notável é que o aluno possui dificuldade em se expressar quando o professor faz alguma pergunta, onde demonstrou receio em falar durante as aulas, nesse dia não quis participar da aula, apenas dos jogos na aula de Educação Física. Durante o recreio jogou ping pong com alunos de outra turma. Em conversa com o professor de Educação Física, ele narrou:

Sempre tive uma ótima relação com o aluno, até porque Educação Física é a disciplina que ele mais gosta, ele pratica todas as atividades propostas, mas a preferência é o futsal e o ping pong. A minha relação com ele é a mesma com os demais alunos, só que tenho que me dedicar um pouco mais de atenção a ele, pelo fato de sempre estar chamando para a aula prática. As atividades dele são diferentes das outras adaptadas a apostila com várias disciplinas. (Professor de Educação física, Novembro de 2020).

Nas aulas de Educação Física o aluno observado demonstra mais interação com os jogos e os colegas, ele joga xadrez com muita segurança além de estabelecer uma ótima comunicação com o parceiro durante essa atividade. Durante o jogo de futsal faz questão em demonstrar que será o goleiro durante a partida, quando termina a aula, ele conversa com o professor relatando que já espera ansiosamente pela próxima aula. Durante a aula da sala de recurso no período da tarde, ele realizou as atividades que são passadas para serem realizadas em casa com a orientação da professora auxiliar, logo após ele é liberado para jogar xadrez com os colegas, observei que ele fica mais à vontade nas aulas da sala de recurso interagindo com os colegas que estudam nessa sala. Nesse aspecto:

Voltada para desenvolverem hábitos de autonomia e independência, neste caso, definir bem o papel que cada um tem na interação com o deficiente intelectual é fundamental, para que se favoreça sua educação integral, ou seja, proporcionar a essas pessoas possibilidades de se desenvolverem por si mesmas, sem que haja superproteção o que é comum entre familiares que, no intuito de auxiliar e acolher,

acabam por torná-las dependentes e com pouca iniciativa. (MANTOAN, 1989, apud, OLIVEIRA & REIA, 2017, p. 19).

Em linhas gerais, a experiência propiciada por essa observação permitiu refletir sobre a necessidade de um conjunto de políticas e ações funcionando simultaneamente para propiciar ao educando com alguma deficiência as condições de aprendizagem, e nesse aspecto, observa-se que:

A organização da sala de aula é atravessada por decisões da escola que afetam os processos de ensino e de aprendizagem. os horários e rotinas escolares não dependem apenas de uma única sala de aula; o uso dos espaços da escola para atividades a serem realizadas fora da classe precisa ser combinado e sistematizado para o bom aproveitamento de todos; as horas de estudo dos professores devem coincidir para que a formação continuada seja uma aprendizagem colaborativa. A organização do Atendimento Educacional Especializado – AEE não pode ser mero apêndice na vida escolar ou competência do professor que nele atua. (ROPOLI, 2010, p. 10)

Fotografia 02: Jogos que o aluno Caíque gosta de jogar na sala de Recurso.



Fonte: RODRIGUES, Mar./2020.

O aluno Caíque gosta de jogar o jogo da memória e damas nos dias que vão poucos alunos para a sala de recurso, pois não forma time para jogar futsal na quadra. Ele demonstrou que é cuidadoso com os jogos, pois, quando termina a aula, guarda todos os objetos em seus devidos lugares.

Fotografia 03: Sala de recurso



Fonte: RODRIGUES, Fev./2020.

A sala de recursos é adaptada para receber os alunos em dois períodos, matutino e vespertino, possui dois computadores, uma televisão, um quadro, brinquedos, jogos, um ventilador e um ar condicionado. Possui um numero significativos de jogos, como damas, xadrez, jogo da memória e de matemática.

Os deficientes intelectuais podem conseguir aquisições muito complexas em todos os níveis. Todos eles aprendem, basta que as condições sejam favoráveis, uma vez que a adaptação às situações passa por um equilíbrio e uma organização entre os processos de assimilação e de acomodação. (OLIVEIRA & REIA, 2017, p.20).

Durante a observação participante, percebi que os jogos lúdicos são relevantes no processo ensino-aprendizagem da educação especial, pois, no caso do aluno Caíque, os jogos lúdicos impulsionam na aprendizagem, cognição, interação e coordenação motora. Apesar de a escola ter uma sala de recursos ampla e acolhedora, notei em algumas situações que o aluno demonstrava desconforto e retração na unidade escolar.

A unidade escolar utiliza um roteiro de atividades diferenciadas para os alunos da educação especial, além de possuir um número significativo de professores auxiliares. Em várias situações observei que os jogos lúdicos são realizados com muita recorrência nas aulas, pois, segundo a coordenadora, os jogos são essenciais na inclusão dos alunos da educação especial, pois possibilitam um campo de interação entre as diversidades que a escola recebe.

Corroborando com o pensamento de adaptação para promover a inclusão Oliveira & Reia (2017, p. 29) afirmam:

Para que o aluno com deficiência intelectual se beneficie do ensino regular, começa por ele não estar somente matriculado e sim verdadeiramente incluso. É necessário que o professor, como mediador e condutor da aprendizagem na prática educacional, seja flexível, analisando e revisando seu plano de ensino, e sempre que for necessário, estar fazendo alterações, visando sempre ao desenvolvimento do aluno em todos os aspectos.

Era objetivo dessa pesquisa, acompanhar o aluno citado através dos jogos lúdicos. Mas devido à suspensão das aulas provocadas pela pandemia de Covid 19, não pude estabelecer um olhar próximo, pois, as atividades passaram a ser realizadas remotamente, o que fez com que não tivesse acesso direto ao processo. Nessa linha:

Não podemos deixar de destacar que toda a produção de conhecimento, neste caso, o impacto da COVID-19 na vida dos sujeitos público-alvo da Educação Especial é um processo permanente de nossa subjetividade, que de maneira contínua, provoca em nós, professoras/pesquisadoras reflexões e dúvidas constantes, já que é a expressão de nossas configurações subjetivas a respeito de nosso cotidiano em seus desdobramentos que vão gerar as construções intelectuais sobre o saber que nos propomos aqui a refletir e expor. (SILVA & BIN, 2020, p.126).

Nesse contexto de pandemia surgiram várias dúvidas e inquietações em torno da educação especial, pois no caso do aluno Caíque é notável que ele ficou privado na realização dos jogos lúdicos, como jogar ping pong, xadrez e futsal, pois são atividades que exigem outra pessoa participando.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar da educação especial é algo amplo que precisa ser discutido partindo do seu contexto histórico para recriar novos caminhos e possibilidades de estudo e pesquisa dentro da educação, focalizando no processo de escolarização. Apesar dos pensamentos evolucionários relacionados às pessoas com deficiência, as escolas precisam de apoio de políticas públicas para que sejam restauradas para atender de forma significativa os alunos do público alvo da educação especial.

Historicamente as escolas públicas enfrentam diversas dificuldades ao tratar da educação especial como os casos de exclusão, separação e ausência de práticas pedagógicas que seriam mecanismos essenciais para o desenvolvimento dos alunos. Mas com as novas leis a política educacional passou a exigir que os alunos público alvo da educação especial estejam matriculados na sala de aula regular ofertando apoio especializado a esse atendimento.

A pesquisa sobre a deficiência intelectual mostrou que independentemente de algumas restrições os alunos com essa deficiência possam desenvolver suas habilidades intelectuais no âmbito social, familiar e escolar. Garantir o acesso e permanência desses alunos na escola é de suma importância, pois as instituições vêm sendo cada vez mais preparadas para contribuir no processo de ensino e aprendizagem.

Portanto, a ludicidade é um instrumento eficaz para o desenvolvimento físico e intelectual, pois através de jogos e brincadeiras que fazem parte da realidade dessas crianças ajudará na evolução das suas funções motoras, criatividade e na interação social. Com isso podemos perceber que formação do professor é muito importante, pois é necessário que o mesmo tenha conhecimento das especificidades relacionada à deficiência intelectual para saber lidar e desenvolver metodologias significativa para o processo de ensino e aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes De. **Educação Lúdica**. 8. ed. São Paulo, 1974.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva : garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola : necessidades educacionais especiais dos alunos / Maria Salete Fábio Aranha. - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

CAPIONI, Eliana; PAINI, Leonor Dias. **A contribuição da ludicidade na educação inclusiva**. Cadernos PDE. Paraná, 2006.

LIMA, Cíntia Lúcia de. et al. **Ludicidade e inclusão: estabelecendo estratégias educacionais**. Formação de professores, Complexidade e Trabalho docente. ISSN 2176-1396, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2013. Texto extraído do XI Congresso Nacional de Educação. Educere, 2013.

LOPES, Martin, Lorena. **Ludicidade: uma alternativa para a educação inclusiva no ensino regular**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Especialização em educação: Métodos e Técnicas de Ensino. Medianeira, 2012.

MACEDO, Lino. **Os jogos e o lúdico na aprendizagem escolar**/Lino Macedo. Ana Lucia Sícoli Petty e Norimar Christe Passos – Porto Alegre: Artimed, 2005 (Reimpressão – 2007).

OLIVEIRA, Juliana Thais; REIA, Letícia; **A Inclusão do aluno com deficiência intelectual no ensino regular** / Juliana Thais de Oliveira; Letícia Reis Lins, 2017.

PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO. **Escola Paroquial Cristo Rei**, Tocantinópolis. 2018.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**. In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental. Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org.). – Bauru : MEC/FC/SEE, 2008.

ROGALSKI, Solange Menin. **Histórico do Surgimento da Educação Especial**. Revista da Educação do IDEAU. Vol. 5 – Nº 12 - Julho - Dezembro 2010. Disponível em: <<https://www.ideau.com.br>>. Acesso em: 10 de Mar. de 2021.

ROPOLI, Edilene Aparecida. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: A Escola Comum Inclusiva**. Edilene Aparecida Ropoli, et all. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. Fortaleza. Universidade Federal do Ceará, 2010.

SANTANNA, Alexandre; **A história do lúdico na educação**. Revemat. Florianópolis. 2011.

SANTOS, dos Pereira, Carina. **A importância do lúdico na educação infantil com crianças de cinco anos**. Lins, São Paulo, 2009.

SASSAKI, R.K. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. In: Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, ano V, n. 24, jan./fev. 2002, p. 6-9.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed., São Paulo, 2007.

SILVA, BIN; **A educação especial e a Covid-19**: Aprendizagens em tempos de isolamento social. Interfaces Científicas. V.10. p. 124 – 136. Aracaju, 2020.

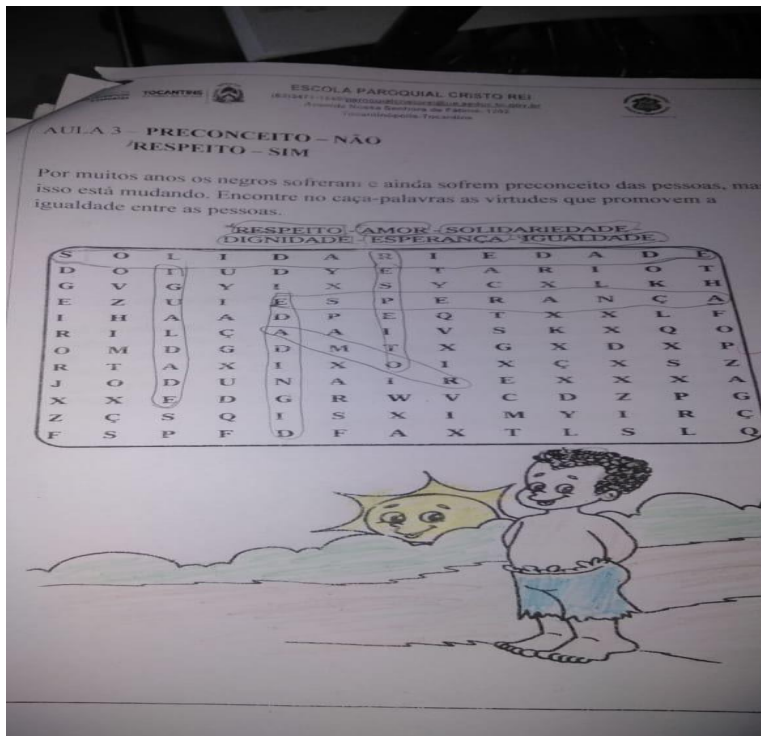
SILVA, D. R. et al . **Educação especial e dicidade**: experiências do estágio supervisionado II. In: V Semana LU de Estudos, Teoria e Práticas Educativas - V SETEPE, 2014, Pau dos Ferros - RN. Anais SETEPE - (2014) - Volume 1, 2014. p. 01-10.

SOARES, Machado, Edna. **A ludicidade no processo de alunos especiais no ambiente educacional**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. São Gonçalo 2010.

UNESCO. **Declaração de salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais**: conferência mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade. Ministério da Educação e Ciência de Espanha. Salamanca, Espanha, 7 - 10 de Jun. de 1994.

ANEXOS

Anexo 01: Jogo de caça palavras.



Fonte: Rodrigues, 2020.

Anexo 02: Mesa de ping pong no pátio da escola.



Fonte: Rodrigues, 2020.

Anexo 03: Prateleira que são guardados os jogos lúdicos na sala de recurso.



Fonte: Rodrigues, 2020.